

CLASSES HOSPITALARES: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO/PACIENTE

Thaila Bento de Lima ¹
Moisés Bezerra de Moraes ²
Leidivânia Do Carmo Fernandes ³

RESUMO

O presente trabalho é resultado de um estudo feito em dois hospitais de Rio Branco – Acre em 2020, o Hospital da Criança e o Hospital do Câncer-UNACON, uma experiência proporcionada pela disciplina Atendimento Educacional a Criança Hospitalizada, ofertada no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Acre-UFAC. O objetivo principal é discutir sobre a atuação de profissionais da educação, diante do enfrentamento das enfermidades vividas pelas crianças enquanto internas da unidade hospitalar, proporcionando a continuidade do seu ensino e aprendizado e também a inclusão. A pesquisa possui natureza qualitativa, na modalidade Pesquisa de campo e Bibliográfica, como técnica de coleta de dados foi usada à observação não participante nos hospitais e a busca por obras e artigos científicos no site Google Acadêmico. O referencial teórico considerou autores que versam sobre as classes de educação hospitalar e as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação, além das leis que garantem esse direito. Os principais estudados foram: Vinha, Moraes e Moro (2017), Fontes (2005), Fontana Salamunes (2009) e Brasil (2002). Os estudos concluíram que a relação do professor com seus alunos/pacientes, pautada em uma convivência respeitosa, intensifica a probabilidade de uma aprendizagem significativa, visto que, seja no hospital ou na escola, ambos os espaços formativos tem o papel social de construir relações mais éticas e democráticas, utilizando do diálogo como ponte para interações mais juntas, onde a “escuta pedagógica” teve destaque no trabalho, pois permite aos educadores estreitar os laços com seus alunos e assim contribuir para o desenvolvimento cognitivo da criança.

Palavras-chave: Classes hospitalares, atendimento educacional, inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma discursão sobre a relação professor e aluno/paciente em classes hospitalares, pesquisa de natureza qualitativa, na modalidade de estudo de campo e bibliográfico, resultado de estudos realizados durante a disciplina de Atendimento Educacional a Criança Hospitalizada no Hospital da Criança e Hospital do Câncer-UNACON, localizado em Rio Branco-

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre-UFAC, thailalima95.tllb@gmail.com

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre-UFAC, moraes.moises@gmail.com

³ Licenciada em História, Universidade Federal do Acre-UFAC. Acadêmica do Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Acre-UFAC, Leidyfernandes94@hotmail.com

Acre no ano de 2020, tendo como objetivo discorrer sobre a atuação de profissionais da educação, diante do enfrentamento das enfermidades vividas pelas crianças enquanto internas da unidade hospitalar, proporcionando a continuidade do seu ensino e aprendizado, evitando assim que ela seja prejudicada no seu desenvolvimento cognitivo.

Sabemos que o atendimento hospitalar é um direito de todos os educandos, garantidos por lei, pelo tempo que estiverem afastados ou impedidos de frequentar a escola (BRASIL, 2002). Por isso, o profissional que irá atuar nas classes hospitalares deve possuir uma boa formação acadêmica, preferencialmente em Pedagogia, com especialização em Educação Especial, por compreendermos que uma formação humanizada e bem estruturada permitirá que o ensino e aprendizagem obtenha mais êxito. Compreender a legislação é intensificar o debate sobre os direitos que as crianças hospitalizadas detêm.

O professor deve ser atento às especificidades da sua turma, para melhorar o atendimento pedagógico as crianças, a educação dentro de um hospital ou mesmo em domicílio deverá ser dinâmico, criativo, e como se trata de crianças, a ludicidade será o carro chefe da ação pedagógica. Desse modo, utilizar da escuta pedagógica, juntamente com uma convivência respeitosa é construir um ambiente acolhedor.

Mediante ao referencial teórico (VINHA, MORAIS E MORO, 2017), (FONTES, 2005), (FONTANA; SALAMUNES, 2009) e (BRASIL, 2002), foi possível constatar que as relações pautadas em uma convivência respeitosa, intensificam a probabilidade de uma aprendizagem significativa, visto que, seja no hospital ou na escola, ambos os espaços formativos têm o papel social de construir interações mais éticas e democráticas, olhando o sujeito nas suas potencialidades, desenvolvendo a escuta pedagógica, sendo flexível nas atividades propostas, sempre respeitando e atento ao que é possível ser realizado, desenvolvendo os sujeitos no âmbito global: cognitivo, emocional, motor e social, acolhendo também a família dos estudantes, ressignificando o espaço do hospital, além de tornar esse ambiente, um ambiente inclusivo.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza numa abordagem qualitativa, na modalidade de estudo de campo e bibliográfico, realizada durante a disciplina de Atendimento Educacional a Crianças Hospitalizadas, ofertada no 7º Período, do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal do Acre-UFAC, em 2020, o estudo teve como lócus o Hospital da Criança e o Hospital do Câncer-UNACON, localizado em Rio Branco-Acre,

Na pesquisa de campo adotou-se como instrumento de coleta de dados a observação não participante, no qual ficou restrita a apenas uma visita de forma online pelo Google Meet em cada hospital, em virtude da pandemia.

Enquanto que, na pesquisa bibliográfica foi utilizada como ferramenta a plataforma do Google Acadêmico, onde tivemos acesso a artigos científicos e obras de teóricos que versam sobre as classes de educação hospitalar, educação inclusiva e também os desafios encontrados pelos profissionais da educação, onde os principais autores analisados foram: (VINHA, MORAIS E MORO, 2017), (FONTES, 2005); (FONTANA; SALAMUNES, 2009). Além das leis (BRASIL, 2001) Que tratam sobre a legitimidade dessa modalidade de ensino.

REFERENCIAL TEÓRICO

O atendimento educacional nas classes hospitalares faz-se necessário decorrente das patologias clínicas que as crianças apresentam. Tendo muitas vezes sua assiduidade escolar comprometida. Essa preocupação de garantir que essas crianças tenham a continuidade dos seus estudos, faz parte do papel da educação descrito na legislação vigente, conquistada com muita luta. Contudo, através do estágio e das pesquisas realizadas, torna-se perceptível que o “real” atendimento educacional nos hospitais ainda é bandeira de muita luta e suor.

Temos a educação como um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Porém, esses direitos foram negados por muitos anos no que tange a educação para as crianças e adolescentes que se encontram em uma situação de vulnerabilidade decorrente de doença.

Uma educação universal compreende também uma educação inclusiva, porém, os estudantes têm muitas vezes seus direitos e suas necessidades de convivência no ambiente educacional, restritos ou negados, por diversos motivos, entre os mais frequentes temos: irresponsabilidade administrativa, falta de estrutura física nos hospitais, escassez de materiais, déficit de profissionais, entre outros. Os motivos demonstram o “abismo” que existe entre a legislação e a realidade. Por isso, a necessidade de conhecer a perspectiva histórica e legal das classes hospitalares,

Assim, surge a educação hospitalar, temos como primeiro início dessas classes a Europa, mais precisamente na França nos anos de 1920. No caso do Brasil as primeiras instituições a oferecer esse atendimento diferenciado, tem como marco inicial a década de 50, na cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente no Hospital Municipal de Jesus.

Essa iniciativa só ocorreu devido aos próprios profissionais da saúde que a partir das suas vivências do cotidiano hospitalar, perceberam que as crianças que estavam internadas por um longo período, apresentavam uma grande deficiência cognitiva e conseqüentemente um atraso no seu desenvolvimento no que tange o ensino e aprendizado.

A partir dessa observação dos profissionais de saúde, surgiram as primeiras interlocuções entre os hospitais e a educação, visando garantir que mesmo internadas as crianças tivessem acesso à educação, garantindo assim a inclusão dessas crianças no sistema educacional. Porém para que isso ocorresse de forma regular, seria necessária uma regulamentação de atuação do pedagogo no ambiente hospitalar.

Mesmo existindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96, que visa assegurar os direitos das crianças e jovens à Educação, temos no seu Capítulo V e no seu Art. 59 as garantias da Educação Especial bem como a descrição das modalidades da classe hospitalar.

Quanto ao que diz a LDB/96 em seu Art. 59 temos:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; [...] (BRASIL,1996)

A partir desse artigo, as crianças e os adolescentes tem os direitos de ter a continuidade do ensino mesmo estando em ambiente hospitalar. O Art. 59 passa a prover as garantias do ensino e aprendizado de forma continuada, mesmo a criança estando debilitada. O pedagogo juntamente com a equipe médica, deverá promover o ensino de acordo com as condições da criança, fazendo com que ela participe ativamente da classe hospitalar.

Quando falamos de leis ou garantias de direitos, entendemos que temos as bases legais que proporcionam e viabilizam a atuação do pedagogo no ambiente hospitalar. Neste caso, as leis são os mecanismos de apoio e de implementação das políticas educacionais voltadas para a inclusão e acessibilidade dessas crianças que se encontram hospitalizadas.

Dentro dessas leis, destaca-se uma Resolução do Conselho Nacional de Educação, CNE/CEB n. 2/01, que destaca:

Art. 13. Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio. (BRASIL, 2001, p. 4)

De acordo com essa resolução, temos o ambiente hospitalar, como um espaço que possibilita a reabilitação do enfermo e garante o tratamento especializado do doente. O atendimento pedagógico nas classes hospitalares também promove a reabilitação social, emocional e educacional dos internos, pois ela aliada ao tratamento clínico possibilita uma melhor recuperação da criança enferma e impossibilitada de ter a socialização normal entre elas e as outras crianças no ambiente escolar padrão.

Ainda referente as leis que garante os direitos a educação das crianças hospitalizadas, temos a Lei 8.069/1990 que trata sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, nos Art. 3º e 4º que estabelecem o seguinte:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as

oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, ECA 1990, Art. 3º)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

A atuação do pedagogo nesses casos se torna imprescindíveis, pois eles podem auxiliar as crianças a entenderem o seu processo de internação de uma maneira mais natural. O que acontece é que na maioria das vezes as crianças que são hospitalizadas, são inseridas no ambiente hospitalar de forma bruta, hoje ela está bem e de repente ela se vê dentro de um ambiente adverso e estranho para ela.

A criança e o adolescente hospitalizados enfrentam um período em que sua maneira de ser e estar encontram-se temporariamente modificada. Nesse processo, a intervenção pedagógica auxilia a criança e o adolescente a darem um significado diferente a esse momento de suas vidas. Esse novo significado é possível através de dinâmicas pedagógicas e interações com a família e a escola. (FONTANA; SALAMUNES, 2009, p. 58)

Assim, a atuação do pedagogo além de promover o auxílio no seu ensino e aprendizagem e procurar estabelecer entre ele, a criança e a equipe médica uma relação de confiança e um melhor entendimento sobre a situação da criança hospitalizada. Dessa forma o Estatuto da Criança e do Adolescente, veio para legitimar o direito das crianças e adolescentes no que tange a saúde, a educação e ao lazer e desporto.

Quando falamos de educação hospitalar ou classes hospitalares, não podemos deixar de contextualizar o processo de introdução dessa forma de prover a educação aos internos e perceber que apesar das leis que garantem a atuação do pedagogo no ambiente hospitalar, ainda encontra – se muitas dificuldades que devem ser superadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CONVIVÊNCIA RESPEITOSA: A importância do trabalho em equipe

As classes hospitalares são de suma importância para a continuidade dos estudos das crianças acometidas de alguma enfermidade, que permaneçam internadas ou necessitem realizar algum procedimento no hospital, por curto ou longo prazo. Assim, como deve ser a relação entre enfermeiros, técnicos, gestão administrativa e

professores? Visto que são profissionais de áreas diferentes, mas que atuam visando o bem-estar integral desses sujeitos, que por inúmeros motivos, encontram-se em uma situação atípica, que requer sensibilidade, cuidado e empatia.

A atuação de cada profissional deve ser pautada na ética e no respeito, na área da saúde, os profissionais visam tratar patologias, isto é, qualquer desvio anatômico e/ou fisiológico, em relação à normalidade, que os menores apresentem, muitas vezes essas crianças e jovens passam muito tempo nos hospitais, ocasionando uma quebra de rotina, incluindo sua ausência na escola, seja por uma baixa imunidade ou por uma longa internação, acarretando que o trabalho educacional vá de encontro a esses sujeitos, por isso o papel dos professores e professoras é: proporcionar o pleno desenvolvimento desses alunos/pacientes, explorando suas potencialidades, evitando prejuízos formativos.

A família também tem papel fundamental nesse trabalho em equipe, visto que sofrem juntos aos seus familiares, que estão com problemas de saúde, sentindo-se muitas vezes impotentes e receosos, pois não podem fazer nada para evitar os transtornos que uma doença causa, necessitando também de um cuidado, pois não é fácil ver quem você ama sofrer, principalmente crianças e jovens,

Assim, esses sujeitos interligam-se visando uma causa comum: o bem-estar desses alunos/pacientes. Mas, como alcançar tal objetivo? A assertividade é uma eficiente estratégia contra relações autoritárias e indesejáveis.

A assertividade é uma classe de habilidades sociais de enfrentamento em situações que envolvem risco de reação indesejável do interlocutor, com controle de ansiedade e expressão apropriada de sentimentos, desejos e opiniões. Ela implica autocontrole da agressividade e de outras reações não-habilidosas. (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2005, p. 175).

Por meio dessa estratégia é viável proporcionar ao ambiente, relações mais harmônicas e respeitadas, ensinando também aos sujeitos bom exemplos de comportamentos no âmbito escolar, melhorando o ensino e aprendizagem. Os postulados de Vinha, Morais e Moro (2017), no Manual de orientação para a aplicação dos questionários que avaliam o clima escolar, apresentam o conceito de clima escolar, que pode ser utilizado no ambiente hospitalar:

Compreendemos o clima escolar como o conjunto de percepções e expectativas compartilhadas pelos integrantes da comunidade escolar,

decorrente das experiências vividas, nesse contexto, com relação aos seguintes fatores inter-relacionados: normas, objetivos, valores, relações humanas, organização e estruturas física, pedagógica e administrativa, os quais estão presentes na instituição educativa. (VINHA, MORAIS E MORO, 2017.p.8).

O clima escolar interfere em todas as relações do ambiente, por isso uma boa convivência requer um clima escolar positivo, sendo útil aplicar esses conceitos nas classes hospitalares, pois cada profissional, seja de qual área for, almeja o desenvolvimento: físico, social, emocional dos seus alunos/ pacientes. Desse modo, caminhar em parceria é vantajoso para todos, principalmente para essas crianças e jovens, que irão aprender muito nesse novo espaço de convivência.

4.2 ESCUTA PEDAGÓGICA NO AMBIENTE HOSPITALAR

De acordo com o Ministério da Saúde o hospital também é considerado um centro de educação. Tendo isso como ponto de partida, podemos constatar que o papel da educação não se limita ou é exclusivo somente aos espaços educacionais, como escolas e creches, ambos se complementam conforme a necessidade que os são impostas.

O ofício do professor no hospital apresenta diversas interfaces (política, pedagógica, psicológica, social, ideológica), mas nenhuma delas é tão constante quanto a da disponibilidade de estar *com o outro e para o outro*. Certamente, fica menos traumático enfrentar esse percurso quando não se está sozinho, podendo compartilhar com o outro a dor, por meio do diálogo e da escuta atenciosa. (FONTES, 2005, p. 25).

É importante destacar o papel dos agentes hospitalares nessa jornada. Sendo de extrema importância, tanto para lidar com as adversidades e situações que acontecem nesse espaço, que é o hospital, quanto no auxílio e suporte ao paciente que nele está inserido, o que inclui a criança que é retirada do seu meio social, conforme a necessidade de permanência no hospital, seus familiares e acompanhantes e toda sua estrutura psicológica que é abalada.

Com relação à pessoa hospitalizada, o tratamento de saúde não envolve apenas os aspectos biológicos da tradicional assistência médica à enfermidade. A experiência de adoecimento e hospitalização implica mudar rotinas; separar-se de familiares, amigos e objetos significativos; sujeitar-se a procedimentos invasivos e dolorosos e, ainda, sofrer com a solidão e o

medo da morte – uma realidade constante nos hospitais. (BRASIL, 2002, p.10).

O professor da classe hospitalar enfrenta o desafio de transmitir conhecimento para além daquela realidade atual que o aluno/paciente está enfrentando, de uma maneira mais leve e que desperte a vontade da criança para os estudos e até mesmo enfrentar toda situação que está passando. Sendo assim é necessário que esteja apto e capacitado para desenvolver tal tarefa, para que tudo ocorra da melhor e mais proveitosa maneira.

A escuta pedagógica diferencia-se das demais escutas realizadas pelo serviço social ou pela psicologia no hospital, ao trazer a marca da construção do conhecimento sobre aquele espaço, aquela rotina, as informações médicas ou aquela doença, de forma lúdica e, ao mesmo tempo, didática. Na realidade, não é uma escuta sem eco. É uma escuta da qual brota o diálogo, que é a base de toda a educação. (FONTES, 2005, p 25).

É mais que a proposta do ensinar, é estar presente e ser presente. O afeto nesta etapa tanto com a família, quanto com a criança é de extrema importância para que os objetivos em comum sejam alcançados. A parceria entre todos proporciona um ambiente mais confortável e amigável, diminuindo assim, um pouco do fardo de estar em um hospital, perdendo momentos, deixando de estar com seus amigos, parentes e principalmente, fora do seu cotidiano.

O papel da educação no hospital e, com ela, o do professor, é propiciar à criança o conhecimento e a compreensão daquele espaço, ressignificando não somente a ele, como a própria criança, sua doença e suas relações nessa nova situação de vida. A escuta pedagógica surge, assim, como uma metodologia educativa própria do que chamamos de pedagogia hospitalar. Seu objetivo é acolher a ansiedade e as dúvidas da criança hospitalizada, criar situações coletivas de reflexão sobre elas, construindo novos conhecimentos que contribuam para uma nova compreensão de sua existência, possibilitando a melhora de seu quadro clínico. (FONTES, 2005, p. 26).

Diante disso, constatamos que a escuta pedagógica tem como também a finalidade de trazer ânimo, expectativas, inclusão e até mesmo esperança, para todos que se encontram dentro de hospitais ou enfermarias, esperando melhoras em seu quadro clínico e possivelmente sair daquele ambiente, construindo histórias, experiências e com certeza, saindo melhores de cada situação.

O papel da escuta pedagógica aparece como a oportunidade de a criança se expressar verbalmente, e também como a possibilidade da troca de informações, dentro de um diálogo pedagógico contínuo e afetuoso. A relação pedagógica é sempre dialógica, e a escuta pedagógica fez-se presente quando Cley quis compartilhar com a professora as marcas de sua dor, ao contar como ficou doente, quase morreu e foi parar ali. (FONTES, 2005, p. 26).

Por fim, além da escuta e toda sua contribuição, destaca-se o diálogo como peça fundamental para a compreensão tanto da criança quanto do professor que está presente para fornecer e também receber todas as informações nessa fase difícil na vida do indivíduo. É através da fala que conseguem estabelecer uma conexão, para que assim possam se entender e aprender a lidar juntos com a situação. Não basta falar, é necessário também ouvir.

Seja de maneira mais descontraída, contendo humor, que também ajuda a lidar com os problemas de maneira mais leve e até mesmo relaxar, quanto de maneira mais complexa, conversando sério e expondo tudo que pode acontecer, contanto que haja entendimento em relação ao que se está vivendo.

4.3 CLASSE HOSPITALAR: Um ambiente acolhedor

A classe hospitalar tende a proporcionar aos alunos um atendimento especializado trabalhando de forma conjunta com os profissionais da saúde, articulando com isso a continuidade da educação aos alunos hospitalizados, fazendo com que as crianças percebam que a escola está presente e que ela é capaz de continuar seu aprendizado apesar da situação em que se encontra.

Características do atendimento hospitalar, o primeiro se inicia pelo levantamento de dados sobre o aluno ou paciente, o pedagogo deve saber os motivos da internação, a situação do aluno e quais os tipos de acesso que ele vai poder ter no momento de promover o ensino. Em segundo lugar está relacionado ao acolhimento, superando assim o isolamento com que o aluno está passando e inserindo um novo ambiente de socialização que favoreça o aprendizado.

E por fim, o terceiro lugar, que versa sobre a elaboração da proposta pedagógica, ela é a etapa mais importante, pois ela que orientará o pedagogo para sua atuação dentro do ambiente hospitalar, garantindo assim que todas suas práticas estejam contempladas nas necessidades na qual o aluno está inserido.

Características da sala de aula, uma delas são as infinitas possibilidades e variedades projetos de audiovisual, aprendizado via conteúdo digital, desafios com jogos, intercâmbio de conhecimentos com outras salas. As rotinas dos pacientes são similares da sala de aula, somente a logística que será diferente, podendo variar a depender do estado clínico da criança. Cada aluno é diferente, de forma que toda sala de aula também será. Isso exige que o professor saiba adaptar suas aulas para à realidade daquela escola, daquela classe, daqueles alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a educação é um direito Constitucional, devendo sua efetivação se dar de forma plena, inclusive quando o educando estiver impossibilitado de frequentar escolas de ensino regulares, por isso as classes hospitalares são uma garantia da efetivação plena do direito constitucional a educação.

O profissional da educação que atua nas classes hospitalares atua para além de ensinar os conteúdos curriculares, esse profissional é também um auxiliar da equipe médica, pois, atua para resgatar a autoestima da criança enferma, fazendo-a compreender seu estado psicofisiológico.

Trabalhando em parceria com a família o profissional tem mais chances de ter um trabalho exitoso, é preciso sempre levar em consideração as especificidades de cada criança, atuar de forma ética, compreendendo seu papel no espaço em que atua, sempre trabalhando a escuta pedagógica, compreendendo o que o silêncio do aluno quer dizer algo, que precisa ser compreendido.

É preciso ser mais que professor, é necessário ganhar a confiança de crianças que tiveram seus cotidianos de forma abrupta retirados, o profissional que atua nas classes hospitalares terá a árdua tarefa de minimizar os impactos da internação hospitalar em seus alunos, e isso se dá através de estudos, qualificações e muita vontade de fazer o seu melhor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar : estratégias e orientações.** / Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC ; SEESP, 2002.

DEL Prette, Z. A. P. (2005). **Psicologia das habilidades sociais na infância:** teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes.

FONTANA, M. I; SALAMUNES, N. L. C. Atendimento ao escolar hospitalizado – Smec. In MATOS, Elizete Lúcia Moreira. (Org). **Escolarização Hospitalar Educação e saúde de mãos dadas para humanizar.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

LAKATOS, *Eva Maria*; MARCONI, *Marina de Andrade*. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas.

MATOS, Elizete L. M.; MUGIATTI. **Escolarização Hospitalar:** educação e saúde de mãos dadas para humanizar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

VINHA, T. P.; MORAIS, A.; MORO, A. (Coord.). **Manual de orientação para a aplicação dos questionários que avaliam o clima escolar.** Campinas: FE/UNICAMP, 2017.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

_____ (1990). **Lei n. 8.069, de 13/07(1990):** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente. Brasília: [s.e].

_____ (1996). Lei n. 9.394, de 20/12(1996): Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: [s.e.].

_____ (2001). Resolução do Conselho Nacional de Educação, **CNE/CEB n. 2/01. Parecer n.17/2001 de 13/07:** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 09/04.